

# Literatura e realidade: a narrativa ficcional de Maria Firmina dos Reis como possibilidade de observação dos papéis femininos no Brasil oitocentista

DAYANE CRISTINA DE FREITAS

Aluna do mestrado do Programa de Pós-graduação do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa de História e Cultura.

E-mail: [dayanemorgain@gmail.com](mailto:dayanemorgain@gmail.com)



**Resumo:** Este artigo busca contemplar alguns dos múltiplos aspectos que prevalecem na discussão entre História e Literatura, analisando em que medida a segunda é fonte viável para construir a escrita da primeira, bem como abordar alguns dos debates que se debruçam sobre o caráter de ficção da escrita histórica. É também do interesse deste estudo relacionar a fonte literária com outro aspecto do interesse historiográfico: a categoria de gênero. Para esta análise, é utilizado como objeto de discussão o livro *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, bem como são abordadas algumas questões referentes ao acesso das mulheres à profissão de escritora.

**Palavras-chave:** Literatura. História. Maria Firmina dos Reis.

**Abstract:** This article aims to contemplate some of the multiple aspects that prevail in the discussion between History and Literature, analyzing to what extent the second is a viable source to build the writing of the former, as well as address some of the debates that focus on the fictional character of historical writing. It is also in the interest of this study to relate the literary source to another aspect of historiographical interest: the gender category. For this analysis, is used as object of discussion the book *Úrsula*, by Maria Firmina dos Reis, as well as some issues related to women's access to the profession of writer.

**Keywords:** Literature. History. Maria Firmina dos Reis.

---

## 1 Introdução

**A**mpliar e sedimentar as discussões a respeito dos procedimentos epistemológicos e metodológicos do fazer histórico é uma parte constante, bem como de enorme importância da profissão. À luz de novos modos de viver e pensar, disseminados ou *descobertos* por diversos campos de estudo, faz-se necessário à historiografia repensar seus paradigmas e adaptá-los à realidade veloz e mutável na qual estamos inseridos.

Talvez o mais recorrente e inquietante desses debates esteja centrado na necessidade ou na capacidade da história de relatar e registrar, com algum nível de precisão, um passado que muitas vezes nos parece tão distante. Somam-se a isso questionamentos sobre o instrumento principal do historiador, as fontes, sem as quais

seu trabalho perde credibilidade. No entanto, neste mundo que produz cada vez mais informações sobre si mesmo, o que pode ser agora considerado uma fonte fecunda para aqueles que a examinam? Tudo que a humanidade diz sobre si mesma é *verdade*? Aliás, a pergunta que inquieta a todos nós: o que é verdade?

Esta última contenda não é o foco deste estudo, porém as respostas possíveis a essa pergunta interessam ao historiador, e lhe é urgente examinar criticamente os diversos resultados obtidos através desse questionamento. Este estudo, no entanto, procura abordar especificamente a problemática do uso da literatura de ficção como uma fonte para a construção histórica, bem como procurar relacioná-la com o conceito de gênero.

## *2 Debates historiográficos: a literatura como fonte e possibilidades metodológicas*

O processo de construção da escrita histórica se dá por diversos caminhos, porém nenhum deles pode se abster do material primordial para o ofício do historiador: as fontes históricas. No entanto, o que é ou não é categorizado como fonte digna de análise muda muito de acordo com a perspectiva epistemológica de quem produz a escrita da história.

Dentre as diversas correntes historiográficas, existem aquelas, situadas principalmente no século XIX, que consideravam como fontes meritórias de observação apenas os documentos oficiais, supostamente neutros, sobre os quais não haveria a necessidade de problematização ou interpretação do historiador. Ao longo do século XX, novas correntes surgiram, oriundas principalmente da Escola dos *Annales*, cuja grande contribuição para a historiografia foi o alargamento das fontes possíveis para o trabalho do historiador, passando a entender que as fontes históricas estão em toda e qualquer produção humana e que “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”. (BLOCH, 2001, p. 20).

Além das diferenças na percepção do que constitui uma fonte histórica, existem divergências na interpretação do que as fontes podem revelar. É preciso levar em consideração que

A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece igualmente rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. (GINZBURG, 2002, p. 44).

Dessa forma, é impossível não adentrar no debate levantado pelos pós-modernos, que trouxe questionamentos extremamente indigestos para os historiadores. O principal deles questiona o caráter científico da história, alegando que esta estaria situada mais próxima das artes do que da ciência. Hayden White, um expoente desse movimento *cético*, elabora, em seu *Trópicos do discurso*, aquilo a que chama de “fardo do historiador”, chegando a afirmar que “a história é o ‘pesadelo’ do

qual o homem ocidental precisa despertar se quiser servir e salvar a humanidade. "(WHITE, 1994, p. 43).

Esse debate se prolonga e a ele acrescenta-se a ideia de que, devido à aproximação da história com o fazer artístico do literato, a verdade ou a realidade do passado não existe ou não pode ser alcançada – afirmação que transformaria a história em um mero tipo de escrita ficcional.

[...] os dois tipos de discurso são mais parecidos do que diferentes em virtude do fato de que ambos operam a linguagem de tal maneira que qualquer distinção clara entre sua forma discursiva e seu conteúdo interpretativo permanece impossível (WHITE, 1994, p. 28).

White tem este entendimento, porque, para ele, durante o trabalho de escrita empreendido pelo historiador, este não é capaz de fazer o texto prescindir da linguagem tropológica, assim como pode, por exemplo, transformar uma situação trágica em uma cômica apenas com a escolha adequada de estilo.

Em um movimento talvez remediador das afirmações polêmicas feitas anteriormente, White, ao entender a escrita do passado como uma operação literária, não visa depreciar a história como fornecedora de conhecimento, pois alega que

Não só as estruturas de enredo pré-genéricas, mediante as quais os conjuntos de eventos se podem constituir em histórias de um tipo particular, [...] como também a codificação dos eventos em função de tais estruturas de enredo é uma das maneiras de que a cultura dispõe para tornar inteligíveis tanto o passado pessoal quanto o passado público (WHITE, 1994, p. 102).

Essas afirmações (colocadas não apenas por White, mas aqui retomamos como um referencial), que, em um primeiro momento se mostraram extremamente radicais e pessimistas, foram, no entanto, de enorme importância para impulsionar o questionamento de alguns paradigmas da história e ampliar os horizontes desse campo de conhecimento no âmbito da pesquisa. No entanto, acreditamos que as demandas da nossa atualidade exigem que seja feita uma retomada do caráter pragmático da escrita historiográfica. Ainda que a história possa ser confundida com literatura, especialmente nos debates que surgem após o *linguistic turn*, o que a diferencia é sua relação primordial com as fontes, bem como sua aspiração pela busca de uma “verdade possível, aproximada do real tanto quanto for possível.” (PESAVENTO, 2006, p. 19).

Adentrando no debate a respeito das fontes e da possibilidade de veracidade da história, a literatura enquanto instrumento para a escrita histórica não escapa à análise. Geralmente descartada na lógica anterior aos *Annales*, nos movimentos posteriores e, especialmente na chamada Nova História Cultural, a literatura passa a ocupar certa posição de destaque, uma vez que na apreciação dessa fonte existe a preocupação de dar continuidade e ampliar os objetivos dos *Annales*, ao procurar abordar em seus estudos múltiplas facetas da experiência humana, não apenas aquelas ocorridas e registradas no âmbito oficial, bem como ampliar ainda mais o conceito de fonte histórica. Mas, para além disso e ocupando talvez um lugar central na argumentação favorável a seu uso, Pesavento lembra que a literatura é “uma fonte para o historiador,

privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário.” (PESAVENTO, 2006, p.19)

É no imaginário que poderemos encontrar novos sujeitos e objetos que antes provavelmente nos seriam negados pelas fontes oficiais, como as mulheres, os pobres e diversas outras categorias tidas como subalternas. Dessa forma, entende-se que, por mais cuidado que requeira a análise de uma fonte como a literatura, que não necessariamente se presta à objetividade e à *verdade*, sua análise crítica pode possibilitar uma janela para o imaginário social. Como bem lembrou Chartier (2009, p. 21), “as obras de ficção, ao menos algumas delas, e a memória, seja ela coletiva ou individual, também conferem presença ao passado, às vezes ou amiúde mais poderosa do que a que estabelecem os livros de história”.

Assim, levando em consideração essa premissa de caráter teórico-metodológico e a incorporação do texto literário como fonte documental na pesquisa historiográfica, os historiadores eventualmente foram levados a refletir sobre a natureza epistemológica do próprio discurso que produziam.

Reagindo diretamente contra as afirmações de White (1994), Ginzburg (2002, p. 23) cede à ideia de que, de fato, “a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de ser efêmera, é também ilusória”. O italiano, no entanto, concorda com White (1994) apenas nesse ponto. Para ele, ao contrário do que defendem os chamados *céticos*, a história possui sim um caráter que permite a ela alcançar, através das fontes, não necessariamente uma verdade, mas uma veracidade. Para Ginzburg (2002), são essas fontes que poderão dar à história uma condição diferente da literatura ficcional, ainda que use de alguns elementos que ambas têm em comum. O mais importante, no entanto, para Ginzburg (2002, p. 44) é entender que essas fontes “não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os céticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes”.

Dessa forma, o italiano procura demonstrar que as fontes permitem sim um acesso a realidades passadas, pontuando, porém, que esse acesso não revela um reflexo cristalino. Ginzburg (2002) alertará, no entanto, que, devido à marca deixada pelas relações de força em todas as visões da realidade, para que a tarefa do historiador seja cumprida a contento é preciso analisar as provas à revelia das intenções de quem as escreveu, pois, ao se considerarem as distorções das fontes, a construção de uma narrativa real (e não ficcional) torna-se viável. Assim, considerando-se que essa construção não é incompatível com a prova, ele afirma (um tanto ironicamente) que “o conhecimento (mesmo o histórico) é possível” (GINZBURG, 2002, p. 45).

Importante também é lembrar um aspecto sugerido pelo italiano em outro momento, quando afirma que “da profusão de relações entre ficção e realidade, vimos surgir um terceiro termo: o falso, o não autêntico. O fictício que se faz passar por verdadeiro.” (GINZBURG, 2007, p. 13). Com essa fala, Ginzburg (2007, p. 13) procura nos fazer dar atenção ao que ele considera como o real trabalho do historiador: “destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício” em busca de uma das possíveis realidades.

Em consonância com os pressupostos defendidos por Ginzburg (2007), Peter Gay (2010) afirma, em sua obra de análise da literatura de Dickens, Flaubert e Mann, que “o romance é, numa palavra, um espelho erguido ao mundo” (GAY, 2010, p. 18).

Assim como o italiano, o autor entende que esse espelho fornece não mais do que um reflexo imperfeito, distorcido. No entanto, mesmo distorcidos, esses reflexos são reveladores de possíveis verdades que o historiador busca encontrar. Até mesmo quando esses textos “apresentam as coisas de modo errado, eles podem fazê-lo de maneiras instrutivas” (GAY, 2010, p. 19-20), e são nesses *erros* que o historiador pode conseguir fazer a famosa leitura a contrapelo proposta por Benjamin, encontrando coisas que não estavam destinadas a serem exibidas.

Indo além das propostas de Ginzburg (2007) de que os componentes sociais e as relações de força devem ser levados em consideração na produção histórica, Gay (2010) propõe alargar essa ideia, afirmando que, para que o pesquisador compreenda o que a ficção pode fornecer como ferramenta de entendimento do passado, ele precisaria ainda considerar aquilo que chama de “três fontes principais de motivação” do romancista: além das influências da sociedade na qual está inserido, o pesquisador precisa entender *o estado* da arte do romancista e, mais importante para Gay (2010), a mente do romancista. Nesta última, é importante considerar, em relação ao romancista, não só “o que de fato acontece em sua cultura, mas como ele a elabora”. (GAY, 2010, p. 25),

### ***3 As mulheres como escritoras e a obra Úrsula, de Maria Firmina dos Reis***

Ao tentar, então, empregar alguns desses estudos a respeito do *status* da literatura como fonte para o estudo histórico, nos dispusemos aqui a relacioná-la com outro elemento, o gênero. Não o literário, mas o gênero no sentido adotado pelas pesquisadoras feministas que buscaram posicionar as mulheres ao longo da história, buscando entendê-lo como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado na diferença entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1989, p. 21).

Assim sendo, para relacionar essa busca pela explicação da constituição de determinados papéis de gênero como produtos de um período específico (no caso, meados do século XIX no Brasil), optamos por analisar o romance *Úrsula*, da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis. Um dos objetivos dessa análise é fazer um levantamento das representações que a autora faz das mulheres ao escrever suas personagens femininas e fazer o cruzamento desses textos com fontes da época, a fim de perceber as relações que o texto da maranhense trava com a sociedade brasileira de meados do século XIX.

Mas, antes dessa etapa, é preciso entender porque a escolha da literatura. Se retomarmos o que nos disse Pesavento (2006) a respeito de a literatura ser uma porta para o imaginário, passa a fazer sentido tentar entender a história das mulheres e das relações de gênero através do que elas pensam e expressam sobre de si mesmas e dessas relações, procurando entender como foram construídas socialmente e de que forma moldaram os modos de vida não só das mulheres, mas também dos homens. Focar na narrativa feminina a respeito de si mesma também se mostra ferramenta interessante, uma vez que as escritas de homens a respeito de mulheres, além de serem já abundantes, podem, na maioria dos casos, se mostrar tingida de preconceitos e fracassos na tentativa de estudá-las sem as relegar a planos subalternos.

Dessa forma, também considerando a necessidade de entender a obra literária em consonância com o meio social no qual foi produzida, é preciso analisar o que leva uma mulher a escrever e o que a leva a escrever romances mais abundantemente do que outros gêneros literários. Norma Telles pontua:

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando material e delicada, como *força do bem*, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como *potência do mal*. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição. (TELLES, 1997, p. 403).

Além desse discurso acerca da natureza feminina, que foi composto arbitrariamente, é possível perceber que à mulher eram relegados apenas os trabalhos domésticos, sem acesso a uma educação significativa, recebendo apenas o conhecimento suficiente para lerem receitas ou escreverem cartas apaixonadas. Sendo assim, “[...] tanto na vida quanto na arte, a mulher no século passado (XVIII) aprendia a ser tola, a se adequar a um retrato do qual não era a autora”. (TELLES, 1997, p. 403).

Ao observar o caso das escritoras inglesas, Virginia Woolf alega que, no século XIX, além da dificuldade de acesso à educação e das barreiras sociais, as mulheres encontravam ainda questões práticas que dificultavam que iniciassem a profissão de escritora – ou qualquer outra. Conforme é ironicamente lembrado por Woolf (2003, *online*) “[...] as mulheres, desde os primeiros tempos até o presente, têm dado à luz toda a população do universo. Essa atividade toma muito tempo e energia”.

Esses fatores inicialmente são suficientes para indicar o motivo da demora das mulheres de segurarem a pena e escreverem suas histórias. Mas quando o fazem, porque escolhem o romance? Novamente recorremos a Woolf, que assinala que as mulheres encontraram na escrita a atividade mais acessível, passando a escrever sem, no entanto, serem capazes de escrever livros que não fossem “[...] profundamente influenciados pelo ângulo de onde eram obrigadas a olhar o mundo” (WOOLF, 2013, *online*). Diante da dificuldade de escrever e de se posicionar como escritoras, numa sociedade extremamente machista e patriarcal, a maioria das autoras desse período optaria por usar codinomes masculinos na assinatura de sua obra, além de talvez exprimir uma tentativa de “[...] libertar a própria consciência, enquanto escreviam, das expectativas tirânicas em relação a seu sexo” (WOOLF, 2013, *online*).

Essa opção pelo anonimato se expressa também na primeira edição de *Úrsula*, obra de Maria Firmina dos Reis, que é objeto de nosso estudo. Na primeira publicação do romance, em 1859, a autora assina o texto apenas como “Uma Maranhense”. Ainda que revele ser uma mulher, não se identifica até receber as primeiras críticas razoavelmente positivas a respeito de seu texto.

O livro, dividido em quatro partes principais, é atualmente considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher negra. Sua narrativa gira em torno do romance entre um jovem casal, das reminiscências do rapaz a respeito

de seus infortúnios advindos de um amor anterior e dos maus-tratos infligidos a sua mãe por seu pai; das dificuldades enfrentadas pela moça, que se encontra pobre e presa ao leito de uma mãe doente; da triste história dessa mãe, que enfrentou a ira de um irmão incestuosamente apaixonado por ela e revoltado por esta ter se casado sem o agrado da família, bem como os maus-tratos desse marido; das falas dos escravizados a respeito da saudade de sua terra natal e de sua liberdade, uma dos aspectos que leva o romance a ser caracterizado como abolicionista; e da tragédia final enfrentada pelo casal, impedido de viver seu amor pelo tio da moça, que, ao se apaixonar violenta e incestuosamente pela sobrinha, assassina o herói para conseguir como prêmio dessa façanha uma amada que acaba morrendo enlouquecida pelo luto.

Ainda que em um resumo tão apressado o romance possa parecer permeado apenas por *historinhas* melodramáticas a respeito do amor não correspondido – assim como uma leitura rápida de vários romances ingleses do século XIX, como os de Austen e das irmãs Bronte, injustamente parecerá –, a construção dos personagens mostra muito das práticas sociais da época e da idealização em torno da mulher.

Ao pintar *Úrsula*, a protagonista que dá nome ao livro, como uma virgem cheia de bondade e sentimentos piedosos, sempre obediente e tímida, Maria Firmina dos Reis retrata o que era, em sua época, o ideal de mulher perfeita: aquela que aguarda pacientemente as ordens masculinas e não age para além delas: pela pena de Maria Firmina dos Reis, *Úrsula* é uma moça “tão caridosa... tão bela... [...] com a timidez da corsa, [...] ingênua e singela em todas as suas ações”. (REIS, 2008. P. 110).

Quando trata Adelaide, a ex-prometida do jovem Tancredo, é descrita por este como “um fantasma terrível, era um demônio de traições [...]” (REIS, 2008, p. 157) quando este a encontra casada com seu pai após trair a promessa de esperar pelo retorno do herói. Para essa personagem, a autora relega talvez o pior final da história: uma vida toda calcada no sofrimento infligido pelo fracasso de seus dois casamentos e no remorso constante por seus erros, de forma que “eram já tão amargos os seus dias, que buscou afanosa a morada do descanso e da tranquilidade”. (REIS, 2008, p. 284). A autora retrata, assim, as características consideradas inadequadas para uma mulher e dá àquela que as possui punições exemplares.

Mas a representação feminina mais clara e talvez mais fácil de reconhecer é a que retrata a figura materna. Maria Firmina cria, em seu livro, três mães. Uma delas é Luísa B., a mãe mártir de *Úrsula*, que perde seus familiares ao se casar com um homem não aceito por eles (e que a maltrata tanto que a deixa parálitica), uma mulher que, ao se ver no momento final da vida, apenas se preocupa em ter mais tempo para proteger a filha. Outra é a mãe do herói Tancredo não chega a receber um nome da autora, mas também é retratada como alguém que sofre diariamente pelo bem-estar do filho: em seu caso, esse sofrimento se revela nas constantes violências que sofre do marido, as quais aguenta sozinha com medo de que respinguem em seu filho. A terceira figura materna se mostra na personagem da escrava Suzana, uma mãe arrancada do seio familiar ao ser capturada e levada ao Brasil como escrava, onde cria o jovem Túlio, também escravo, e com ele se preocupa. Nessas três figuras maternas, repete-se a ideia da mãe sofredora, que tudo suporta por amor aos filhos. Ideal tão facilmente correspondido à realidade que é até hoje cobrado das mulheres.

#### 4 Conclusão

Em nossa análise das relações entre a historiografia e a literatura, fica claro que a profusão de correntes teóricas que divergem a respeito do uso da literatura como fonte e das maneiras através das quais esse uso deve ser feito, serve apenas para enriquecê-la. É preciso, no entanto, como em qualquer outra situação de nossas vidas, ficarmos atentos ao que nos é dito e saber separar o joio do trigo. Mesmo que um determinado autor ou corrente de pensamento, como Hayden White (1994), tenha prestado enormes contribuições ao debate historiográfico quando trouxe proposições que abalaram alguns dos mais importantes paradigmas da história, é de extrema importância sabermos nos recuperar desse choque, dar um passo atrás e analisar a situação à luz de nossos tempos.

O alargamento excessivo do conceito de verdade, das linhas entre a história e a escrita ficcional, é constantemente usado com objetivos políticos e revisionistas que, talvez nem sequer em longo prazo, mas a curto, acarretará consequências desastrosas para as sociedades contemporâneas. Assim sendo, “nós temos de enfrentar um ceticismo mais amplo que tenta negar toda possibilidade de representar, de forma verídica, o passado.” (LORIGA, 2017, p. 30).

#### Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GAY, Peter. *Represálias selvagens*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LORIGA, Sabina. Memória, história e literatura. *Artcultura*, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 20-30, 20 dez. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/41249>. Acesso em: 10 maio 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma nova velha história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: Edufu, 2006. p. 11-27.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2008.



SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. In: *Gender and the politics of history*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 05 jun. 2019.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso-ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

WOOLF, Virginia. *Profissões para mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 2013. 56 p. Versão Kindle ASIN: B00G3KP6UK. Disponível em: [https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheres-Virginia-Woolf-ebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm\\_kin\\_swatch\\_0?\\_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1](https://www.amazon.com.br/Profiss-es-para-mulheres-Virginia-Woolf-ebook/dp/B00G3KP6UK/ref=tmm_kin_swatch_0?_encoding=UTF8&qid=1476210460&sr=8-1). Acesso em: 05 jun. 2019.